



**ANASTÁCIA: as vozes silenciadas não cessaram o brilho da luta – por uma educação antirracista com equidade étnico-racial e de gênero**

**ANASTACIA: *the silenced voices did not extinguish the brilliance of the struggle – for anti-racist education with ethnic-racial and gender equity***

Cláudio César Alves Simplício<sup>1</sup>

## **RESUMO:**

Este artigo, como proposta pedagógica, tem por objetivo apresentar, em síntese, delineamentos didáticos que podem auxiliar na organização de atividades voltadas a promover uma educação antirracista e com equidade de gênero para estudantes do Ensino Fundamental, Médio e EJA. Os referenciais de base foram os livros *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, de Sueli Carneiro, *Pequeno Manual Antirracista e Lugar de Fala* ambos de Djamila Ribeiro. Na metodologia, utilizamos pesquisas bibliográficas para auxiliar na construção de uma sequência didática e pedagógica que possa funcionar como um modelo de análise para avaliarmos como estão sendo produzidos os discursos referentes às temáticas em questão no ambiente escolar, bem como de que forma a implantação desse projeto pode mitigar e engendrar discursos e relações voltadas para o respeito às diferenças e diversidades presentes em nossa sociedade. Esse trabalho pode revelar, principalmente, entre a comunidade estudantil, as dificuldades que existem no trato e no conhecimento relativo aos processos de estruturação dos preconceitos raciais e de gênero como estratégia de dominação. O trabalho também pode evidenciar a importância de reconhecer a dominação como característica do processo de colonização que se reverbera na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Educação. Antirracismo. Equidade. Gênero.

## **ABSTRACT:**

This article, as a pedagogical proposal, aims to present, in summary, didactic designs that can assist in the organization of activities aimed at promoting anti-racist and gender-equitable education for elementary, high school and adult education students. The basic references were the books *Racism, sexism and inequality in Brazil*, by Sueli Carneiro, *Small Anti-Racist Manual* and *Place to Speak* by Djamila Ribeiro. In the methodology, we used bibliographical research to assist in the construction of a didactic and pedagogical sequence that can function as an analysis model to evaluate how discourses regarding the themes in question are being produced in the

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de Filosofia e Geografia no CEJA Professora Maria Joélia, em Pacajus-CE.

school environment, as well as how the implementation of this project can mitigate and engender discourses and relationships aimed at respecting the differences and diversities present in our society. This work can reveal, mainly, among the student community, the difficulties that exist in dealing with and understanding the processes of structuring racial and gender prejudices as a strategy of domination. The work can also highlight the importance of recognizing domination as a characteristic of the colonization process that reverberates in contemporary times.

**Keywords:** Education. Anti-racism. Equity. Gender.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa propõe realizar uma análise contextualizada sobre o panorama histórico e cultural que fundamenta a construção e o desenvolvimento das narrativas concernentes aos conteúdos relacionados à educação antirracista, com especial atenção às dimensões da equidade étnico-racial e de gênero. Pretende-se examinar o papel das mulheres negras nos desdobramentos que envolvem essas discussões, reconhecendo-as como artífices de grande importância, cujas ações e produções intelectuais constituem aportes indispensáveis para o avanço teórico e prático da temática.

Os objetivos propostos por este trabalho consistem em desenvolver atividades pedagógicas que favoreçam processos de reflexão e análise, por parte das/os estudantes, acerca da relevância do reconhecimento de nossa pluralidade étnico-racial e de gênero. Busca-se, igualmente, identificar aspectos elementares constitutivos das culturas afro-brasileiras e indígenas presentes na sociedade brasileira, promovendo, nos mesmos, a compreensão, o reconhecimento e a valorização da diversidade como componente estruturante da identidade nacional.

Ademais, com o intuito de desenvolver atividades que proporcionem de forma lúdica o estímulo às discussões para construção de uma educação antirracista voltada para a equidade étnico-racial e de gênero, é necessário que a escola provoque nas/os estudantes uma consciência crítica que possibilite aos mesmos reconhecer as diferentes práticas racistas e sexistas que estão enraizadas estruturalmente e funcionam como instrumentos de dominação, resultados das estruturas sociais, econômicas e políticas historicamente construídas no processo de colonização.

No desenvolvimento desta pesquisa, assumem centralidade como

fundamentos teóricos e marcos referenciais três obras basilares: os livros *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* (2011), de Sueli Carneiro, *Pequeno Manual Antirracista* (2019) e *Lugar de Fala* (2017) ambos de Djamila Ribeiro. A escolha dessas autoras decorre de suas contribuições para o debate contemporâneo sobre relações raciais e de gênero e de suas produções epistemológicas comprometidas com a justiça social. Outros referenciais teóricos convergentes à proposta também constituem o arcabouço que sustenta o estudo.

A nossa proposta metodológica desenvolveu e aplicou na escola EEM Padre Arimatéia Diniz, em Cascavel – Ceará, no ano de 2024, uma sequência didática e pedagógica que logrou êxito como um modelo para análise e avaliação de como estão sendo produzidos os discursos referentes aos temas em pauta neste trabalho no ambiente escolar, bem como de que forma a implantação das nossas ações pode mitigar ou engendrar discursos e relações voltadas para o respeito às diferenças e diversidades existentes em nossa sociedade.

Devemos levar em consideração que a importância para a escolha dessa temática está diretamente relacionada à abrangência e à relevância social que circunscreve a condição de ser ou de autodeclarar-se negro ou pardo e/ou de ser mulher nessa conjuntura. Para além dessas questões, vislumbram-se possibilidades, dentre as quais se destacam, principalmente, as perspectivas de mudanças e transformações desta realidade, visto que ações bem articuladas podem servir como referencial na quebra de paradigmas e de barreiras que dificultam a participação desses grupos na estruturação política, econômica e social da coletividade.

Em suma, este estudo busca delinear caminhos e alternativas teórico-metodológicas que sejam capazes de incidir diretamente na desconstrução dos estereótipos historicamente produzidos e imputados a indivíduos em função da cor de sua pele ou por sua condição de gênero. Pretende-se fomentar a elaboração de novas narrativas e possibilidades formativas que contribuam para a consolidação de uma cidadania pautada na inclusão, na justiça social e na participação equânime nos diversos espaços e oportunidades sociais que venham a se apresentar.

## **2 JUSTIFICATIVA**

A análise da situação das mulheres evidencia a necessidade premente de

reconhecemos o silenciamento histórico a que muitas delas foram submetidas em razão de sua condição étnico-racial. Apesar dessa situação, suas lutas não cessaram: constituíram-se como práticas de resistência e de reivindicação por condições dignas que lhes permitissem expressar plenamente seus anseios, conquistas e identidades. Trata-se, portanto, de reconhecer e valorizar suas trajetórias na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, comprometida efetivamente com a equidade e com o respeito aos seus direitos e valores historicamente negados.

Entretanto, não devemos perder de vista as dificuldades histórico-culturais enraizadas nas sociedades ocidentais, tradicionalmente com características patriarcais, que, muitas vezes, obstaculizam a participação feminina em várias áreas e segmentos da sociedade. Cabe ressaltar que, mesmo diante dos direitos conquistados, estamos distantes de erradicar problemáticas como o racismo, em suas diferentes nuances, e preconceitos ligados à condição de gênero que estruturalmente permeiam a formação cultural do povo brasileiro e que também perpassam pelas instituições de ensino.

Ao realizarmos uma breve análise histórica sobre a condição da mulher no Ocidente, sem adentrar outras perspectivas antropológicas de caráter transcultural<sup>2</sup>, observa-se que, desde a Grécia Antiga e a formação do Império Romano, as mulheres sofriam discriminação pelo sexo, não sendo reconhecidas como cidadãs e frequentemente tratadas com desdém ou reduzidas ao papel de meras progenitoras. Durante a Idade Média, a moral religiosa intensificou esse controle, impondo normas rígidas sobre os corpos femininos, demonizando comportamentos considerados contrários aos preceitos da Igreja e instaurando verdadeiras caças às “bruxas”, que resultaram na execução de inúmeras mulheres, as “muitas Joanas D’Arc” da história (Simplício, 2022, p. 14).

Adentrando na Modernidade, mesmo com o avanço das ideologias iluministas e os princípios de liberdade proclamados pela Revolução Francesa, a exclusão das mulheres permaneceu evidente. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, apresentada como universal, garantia direitos apenas aos homens,

---

<sup>2</sup> Sugestão de leitura para aprofundamento da questão: o livro *Mitos da dominação masculina* (2019), de Eleanor Burke Leacock.

revelando seu caráter seletivo. Olympe de Gouges<sup>3</sup> questiona essa situação e escreve *Os Direitos da mulher e da cidadã*, em decorrência disso, passa por um processo de acusação que a colocava como traidora do movimento e de “querer ser homem” (Rodrigues, 2016, p. 129). Condenada, sobe ao cadafalso onde foi guilhotinada por defender a cidadania feminina.

Na contemporaneidade, apesar das inúmeras transformações científicas e sociais, mulheres seguem excluídas de direitos e conquistas que esse mundo dito “evoluído” afirma garantir. Persistem formas de opressão que atingem tanto aquelas que não se enquadram no modelo hegemônico europeu quanto as que lutam por condições dignas de trabalho, muitas das quais perderam a vida, inclusive queimadas em fábricas, em episódios marcados pela negligência e pela violência estrutural. Outras permaneceram confinadas ao espaço doméstico, tratadas como prisioneiras do lar e reduzidas à condição de objetos privados de desejos e autonomia.

Mesmo diante dos avanços conquistados nas últimas décadas, as mulheres continuam sendo as principais vítimas de abusos, assédios e diversas formas de violência na contemporaneidade. A persistência desses casos evidencia que as desigualdades de gênero permanecem profundamente enraizadas. O feminicídio, em especial, segue como uma das expressões mais brutais dessa violência, não obstante e a criação e implementação da Lei Maria da Penha<sup>4</sup>, em 7 de agosto de 2006, que é uma legislação destinada a ampliar a proteção das mulheres e a estabelecer punições mais rigorosas para agressores no âmbito doméstico e familiar.

Em sentido contrário às estatísticas que evidenciam a persistência da violência e da desigualdade de gênero, um projeto pedagógico desenvolvido no contexto escolar assume a função de promover consciência crítica, fortalecimento e empoderamento das mulheres na luta por seus direitos. Tomando como referência as trajetórias de mulheres que, historicamente, enfrentaram estruturas opressoras — seja no âmbito dos movimentos feministas, seja por outros caminhos de ruptura — e que contribuíram para quebrar paradigmas e abrir possibilidades para as novas

---

<sup>3</sup> Intelectual francesa, autora da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã que defendeu a emancipação feminina e a liberdade de escravos no século XVIII.

<sup>4</sup> Esta lei é uma homenagem a Maria da Penha que se tornou símbolo nacional de luta das mulheres contra a opressão e a violência.

gerações.

Embora, inicialmente, esse campo de estudos tenha se concentrado nas pautas do movimento feminista e em seus desdobramentos históricos, privilegiando sobretudo as questões relacionadas aos direitos e às conquistas das mulheres brancas, torna-se hoje imprescindível ampliar a discussão de gênero para incluir de forma articulada classe social e questões étnico-raciais. Nesse sentido, cabe à escola, dentro de suas possibilidades, criar condições que favoreçam a abordagem dessas demandas, promovendo debates que contemplem a complexidade das experiências femininas.

É importante ressaltar que tanto a escola em que foi iniciado esse projeto como a escola em que ele ocorre atualmente, têm como princípio, em seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), demandas contidas nas diretrizes da LDB referentes ao reconhecimento e ao fomento de uma educação comprometida com a produção de conhecimentos e de saberes pautados no multiculturalismo, em consonância com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que promovem uma interculturalidade e reforçando a valorização das matrizes afro-brasileiras e indígenas, fundamentais para a compreensão da diversidade presente na sociedade brasileira.

Apesar dos avanços proporcionados pelas legislações,<sup>5</sup> ainda persiste profunda discrepância no reconhecimento cultural e nas relações sociais entre homens e mulheres, evidenciando desigualdades de direitos e de respeito. Torna-se, portanto, imprescindível a continuidade da luta por condições mais igualitárias. Nesse cenário, a escola pode desempenhar um papel fundamental ao adotar abordagens teóricas e metodológicas, inclusive de caráter lúdico, que favoreçam a compreensão dessas temáticas, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e estimulante.

Por fim, embora as últimas décadas tenham registrado importantes conquistas, ainda convivemos, em diferentes instituições públicas e privadas, com frequentes episódios de racismo e violências associadas às condições étnicas, de classe e de gênero. A escola, por vezes, reproduz e evidencia essas desigualdades, refletindo tensões presentes na sociedade. Diante disso, torna-se essencial a

---

<sup>5</sup> Obrigatoriedade das temáticas de ensino de História e Cultura Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008).

implementação de projetos educativos comprometidos com o enfrentamento dessas violências e com a promoção de práticas pedagógicas que avancem na construção de uma cultura de equidade e respeito.

## **2.1 Objetivos do projeto**

O projeto “Anastácia” propõe uma abordagem contextualizada do panorama histórico e cultural que fundamenta as narrativas relacionadas à educação antirracista com equidade étnico-racial e de gênero. Busca analisar a participação das mulheres negras nos desdobramentos dessas temáticas, reconhecendo-as como protagonistas fundamentais na construção de conhecimentos e práticas que contribuem para a superação das desigualdades, evidenciando suas trajetórias, experiências e aportes históricos como elementos centrais para uma formação crítica e emancipatória.

Além disso, desenvolver ações pedagógicas que favoreçam a reflexão crítica sobre as diversidades étnico-raciais e de gênero presente na cultura brasileira, estimulando nas/os estudantes o reconhecimento, a valorização e o respeito às diferenças como parte constitutiva da identidade nacional. Para que essa identidade seja construída de forma plural e inclusiva, torna-se essencial implementar práticas afirmativas que fortaleçam a consciência de pertencimento e o orgulho das matrizes afro-brasileira e indígena, compreendendo-as como pilares da formação coletiva e da riqueza cultural do país.

Nessa perspectiva, urge promover uma educação comprometida com a igualdade e a equidade étnico-racial e de gênero, provocando uma consciência crítica capaz de reconhecer que práticas racistas e sexistas, historicamente naturalizadas, resultam de estruturas sociais, econômicas e políticas forjadas pelo processo colonial. Assim, convém desenvolver uma educação antirracista e antissexista que amplie a compreensão dessas problemáticas, permitindo identificar e enfrentar novas e sutis formas de discriminação que revelam seus impactos nocivos na construção de relações sociais.

Enfim, é papel e dever da escola promover espaços de debate e reflexão acerca das problemáticas que atravessam os diversos contextos de convivência e que, frequentemente, reproduzem discursos preconceituosos e, por vezes, de ódio

contra pessoas em situação de vulnerabilidade social ou pertencentes a grupos cuja diversidade não é reconhecida nem valorizada. Esses sujeitos, muitas vezes invisibilizados, acabam excluídos por não se enquadrarem em padrões estabelecidos historicamente pelo eurocentrismo e pelo etnocentrismo, utilizados como mecanismos de dominação e hierarquização das diferenças.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O desenvolvimento teórico e metodológico deste trabalho, situado no campo da educação antirracista com enfoque na equidade étnico-racial e de gênero, fundamenta-se em obras de autoras que se consolidaram como referências nessas temáticas. A proposta é que tais contribuições orientem a construção do projeto de pesquisa, oferecendo bases críticas para analisar e enfrentar as práticas discriminatórias que historicamente assombram a sociedade brasileira.

Inicialmente, destaca-se o livro *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, de Sueli Carneiro (2011), no qual a autora realiza reflexões essenciais sobre as demandas, os impasses e encaminhamentos de práticas que podem ampliar a visibilidade e a representatividade da população negra. Essa obra apresenta um conjunto de textos que busca articular temas socioculturais notabilizados pelo movimento negro. Ademais, também apresenta o cotidiano opressivo muito presente em âmbitos como educação, saúde, trabalho e habitação.

Nessa publicação, que se consolida como marco teórico, a autora apresenta uma fecunda maturação de seu pensamento político, abrindo caminhos para a reflexão acerca dos limites da nossa “democracia”, ao evidenciar que a maior parte da população brasileira, constituída por pessoas negras, continua lutando por acesso a recursos públicos que possam sustentar políticas de combate às variadas formas de preconceito imputados às pessoas em razão da cor da pele, da condição social e do gênero (Carneiro, 2011).

A abrangência das discussões provocadas por esse trabalho conduz a importantes referenciais teóricos presentes nas obras de Djamila Ribeiro, cuja produção é indispensável à construção de práticas pedagógicas comprometidas com uma educação antirracista e com a equidade de gênero. Em *Pequeno Manual Antirracista* (2019), ela afirma que o fato de homens brancos serem grande maioria

nos espaços de poder não pode ser entendido como algo natural, mas efeito da estratégia de dominação estruturada desde a escravização. Seus principais objetivos seriam o de apontar caminhos e estratégias de reflexão antirracistas que possibilitem mudanças significativas em nossa sociedade (Ribeiro, 2019).

Os questionamentos apresentados pela autora fomentam transformações ao propor atitudes que utilizam como suporte às políticas educacionais, em conformidade com ações afirmativas que possibilitem a valorização da cultura afro-brasileira, o acesso a livros que trazem autoras/es negras/os, uma vez que inquirir o que consumimos cultural e epistemologicamente pode contribuir no combate ao racismo. Tal movimentação, além de ampliar repertórios e identificar apagamentos históricos, fortalece a construção de subjetividades críticas capazes de enfrentar a discriminação estrutural.

Na trilha das contribuições de Djamila Ribeiro, incorporadas à nossa proposta de pesquisa, torna-se fundamental incluir como referencial teórico o livro *Lugar de Fala*, publicado em 2017, que integra a primeira coleção *Feminismos plurais*, onde a autora contempla aspectos da perspectiva relacionada a interseccionalidades referindo-se às desigualdades de classe, raça/etnia e gênero, impulsionada pelo olhar de outras autoras negras e de sua própria experiência enquanto mulher negra (Ribeiro, 2017).

Outros aportes teóricos, que contribuem de forma direta e indiretamente para a construção das narrativas desta pesquisa também se fazem essenciais. Entre eles destaca-se a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, cuja obra realiza críticas contundentes aos discursos de ódio, tão comuns atualmente, que delineiam a tônica de sua busca por igualdade entre homens e mulheres (Adichie, 2019). Uma vez que as questões relacionadas às desigualdades de gênero e as narrativas que se formaram em torno desse assunto afetam o tratamento dado às mulheres em todo o mundo.

A pensadora nigeriana defende que “todos devemos ser feministas”. Essa afirmação emergiu de uma palestra que foi transformada no livro *Sejamos todos feministas* (2018), onde critica os discursos de ódio. Ela afirma que “tanto um homem como uma mulher podem ser inteligentes, inovadores e criativos. Nós evoluímos, mas nossas ideias de gênero ainda são muito insuficientes” (Adichie, 2018, p. 21). Suas reflexões atestam a urgência de uma agenda que enfrente as

desigualdades e revele como as narrativas de gênero influenciam a forma como as mulheres são vilipendiadas.

Outra importante contribuição, que ocupa lugar de destaque, diz respeito a Angela Davis em sua obra *Mulheres, raça e classe* (2016). Na qual apresenta uma análise histórica a partir das lutas abolicionistas do feminismo negro norte-americano e das movimentações políticas dos anos 60 e 70 protagonizadas pelo movimento “Panteras negras”, no qual teve envolvimento direto na militância contra o capitalismo e o racismo. Em praticamente todos os momentos de sua vida estiveram presentes a discriminação racial e a política (Ferreira; Rosa, 2016, p. 339).

Atenta às injustiças sociais no mundo, Angela Davis tem demonstrado uma vocação combativa e engajada, estabelecendo uma forte ligação afetiva com o movimento negro no Brasil, marcando presença em 1997 para participar da 1ª Jornada Cultural Lélia Gonzalez, em São Luís-MA, e em 2017 para celebrar o Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha, no “Julho das Pretas” em Salvador. Nessas ocasiões reforçou o diálogo transnacional e reconheceu a atuação das mulheres negras brasileiras em suas lutas históricas<sup>6</sup>.

Nessa perspectiva, destaca-se Lélia Gonzalez<sup>7</sup>, com argumentações fundamentais para compreender o pensamento social brasileiro e o protagonismo da população negra, especialmente as mulheres, na formação sociocultural do país. Sua atuação intelectual e militância política a posiciona como referência do feminismo interseccional e decolonial, além de figura central do movimento negro unificado. Para aprofundar o entendimento sobre a interseccionalidade, é pertinente considerar o artigo de Ana Caroline Amorim Oliveira *Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil* (2020), no qual, segundo a autora, Gonzalez:

Diferente de outros intérpretes do país, pensa de forma relacional os marcadores sociais da diferença entre classe, raça e gênero, num momento em que essas categorias são pensadas analiticamente de forma distinta. Além dessa abordagem interseccional, a autora propõe uma análise da sociedade brasileira pensando estar em relação e proximidade com o restante da América e com a África. Numa abordagem interseccional a mais ampla possível. (Oliveira, 2020, p. 103)

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/FScyDnYgTQHYxtCYnHLbMqv/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lelia-gonzalez-mulher-negra-na-historia-do-brasil/>. Acesso em: 08 jun. 2024.

Conforme aponta Ana Caroline, é possível identificar o estabelecimento de uma abordagem que articula raça, classe e gênero de forma integrada, antecipando debates que mais tarde seriam nomeados como “interseccionalidade”. A autora também enfatiza as reflexões sobre o mito da democracia racial como estrutura simbólica que molda a figura da mulher negra (Oliveira, 2020).

A seleção dessas autoras para compor o referencial teórico fundamenta-se na necessidade de inserir filósofas negras brasileiras no debate sobre uma educação comprometida com as relações étnico-raciais e de gênero, pautada nas imbricações de identidades como marcadores sociais. Segundo Eunice Léa de Moraes (2021) em seu artigo *A educação étnico-racial e a interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classes, vivenciadas pela população negra no Brasil*,

É importante pontuar que, no projeto político-pedagógico da maioria das instituições de ensino, a educação, de modo geral, é marcada pela ausência de ação-reflexão-ação sobre as inter-relações étnico-raciais e de gênero, impedindo, de certa maneira, a garantia de direitos e de relações igualitárias entre educadores(as) e educandos(as) que compõem o cenário escolar cotidiano, em todos os níveis, da educação infantil ao ensino superior. (Moraes, 2021, p. 86)

A ausência do reconhecimento dessas questões atinge diretamente as relações sociais, sobretudo no que diz respeito às dimensões de gênero e raça, produzindo experiências cotidianas de conflito e exclusão para grupos historicamente privados de direitos. Em vez de assegurar condições democráticas igualitárias, o Brasil mantém a permanência de lógicas coloniais que, desde a escravização, continuam estruturando as desigualdades. Essa continuidade revela práticas discriminatórias que enraizadas no tecido social, que limitam o acesso a oportunidades e a efetivação plena da cidadania.

Esse debate precisa integrar o cotidiano escolar em todos os espaços, favorecendo ações que enfrentem preconceitos de ordem racial e de gênero. A escola, enquanto ambiente de socialização e formação para a cidadania, deve promover práticas que fortaleçam uma educação comprometida com a justiça social. Nessa direção, o artigo *Nos olhos de mulheres pretas salta o brilho de uma educação antirracista e antissexista*, de Hélien de Oliveira Soares Jardim e Dulce

Mari da Silva Voss (2023), aponta que:

Mesmo em condições cruéis de subalternização impostas, populações negras inventam modos próprios de cultivar suas existências e resistências. Muitas forças têm se somado ao projeto decolonial de retomada das tradições dos povos originários e tradicionais que tiveram seus saberes, modos de vida e visões de mundo negadas pelo eurocentrismo aliado ao colonialismo contemporâneo, as necropolíticas capitalistas que mantêm práticas excludentes, racistas e sexistas. Sinais perversos dos epistemicídios colonialistas, racistas e sexistas decorrentes do padrão religioso, societário e civilizatório eurocêntrico, antropocêntrico, machista e patriarcal que constituem historicamente a sociedade brasileira. Política de branqueamento pautada, também, no cientificismo moderno, inclusive pela institucionalização da escola como lugar que resguarda a educação das futuras gerações aos moldes da sociedade branca, capitalista e cristã. (Jardim; Voss, 2023, p. 157)

Essas discussões foram muito importantes para a aplicação do projeto, pois lançou outras perspectivas para construção de atividades voltadas para o antirracismo articulado à equidade de gênero. Além do mais, apresentar filósofas negras pode romper os paradigmas do eurocentrismo androcêntrico, deslocando as reflexões para questões raciais com propostas decoloniais, o que amplia a abrangência e a profundidade do trabalho.

A aplicação das atividades gerou repercussões bastante positivas, aproximando conteúdos de Filosofia, Sociologia, História e Geografia das experiências cotidianas vivenciadas por grande parte das/os estudantes, especialmente no que se refere ao racismo e ao colorismo<sup>8</sup>, mostrando que as disciplinas de humanas e o olhar filosófico/sociológico estão concatenados com a realidade. Enfim, o contato com o pensamento de intelectuais negras fortalece a capacidade crítica das/os estudantes, estimulando a construção de novas narrativas e a resignificação desses temas no espaço educativo.

#### **4 METODOLOGIA**

A proposta metodológica consiste na implementação de uma sequência didática orientada à análise crítica dos discursos relacionados às práticas racistas e às dinâmicas de discriminação presentes no cotidiano escolar. Essa intervenção

---

<sup>8</sup> Discriminação sofrida pela cor da pele, muito comum em países que sofreram o processo de colonização.

permitirá avaliar como esses discursos estão sendo produzidos, reproduzidos e tensionados no ambiente escolar, bem como em que medida a implantação do projeto poderá mitigar ou engendrar narrativas e relações voltadas para o respeito às diferenças e às diversidades presentes em nossa sociedade.

A realização do projeto na escola ocorre em diferentes momentos ao longo do ano letivo, contando com expressivo apoio e participação da gestão, do corpo docente e discente e dos demais colaboradores. As primeiras movimentações acontecem no primeiro bimestre, no início do ano letivo, envolvendo atividades introdutórias e organizativas. As ações finalizam no quarto período, articulando-se aos preparativos para a feira cultural e científica. Esse percurso permitiu o acompanhamento processual e o engajamento da comunidade escolar.

No primeiro período, temos dois momentos: o “Carnaval Cultural”, em fevereiro, e a “Data Magna do Ceará”, em março. O carnaval cultural envolve todas as turmas, contando com a participação efetiva das/os professoras/as diretores/as de turma e da equipe gestora. Os primeiros anos trabalham o frevo e suas modalidades (rua, bloco e canção), enquanto os segundos e terceiros anos abordam o maracatu em suas variantes pernambucanas “nação e baque solto” e na expressão praticada no Ceará. Também são estudadas matrizes do samba, como o partido-alto, sambas-enredo e samba de roda, além dos blocos de rua regionais.

Todas as turmas são responsáveis por pesquisar seus temas e desenvolver um estandarte que represente sua temática, como se fosse a criação de um bloco carnavalesco, e apresentar no dia da culminância. Cada sala indica previamente seus representantes, que dispõem de cinco a dez minutos para conduzir a apresentação. Após essa etapa, realiza-se o ponto alto do evento: a escolha das “peruas” e dos “papangus”, personagens tradicionais dos carnavais de rua, a indicação é facultativa a cada turma. A partir da aclamação do público, como forma de reconhecimento, a gestão oferece uma lembrança aos participantes mais aplaudidos.

O segundo momento ocorre em março e é coordenado pela área de Ciências Humanas. Seu objetivo é introduzir reflexões fundamentais sobre o significado da Data Magna, ainda pouco conhecida por muitos estudantes. As discussões são realizadas em sala de aula pelos/as professoras/as de humanas, que contextualizam historicamente a abolição das/os escravizadas/os no Ceará,

destacando a atuação de Dragão do Mar e qual sua relação com o movimento abolicionista. Também é abordado o papel da cidade de Redenção nesse processo, situando-a no contexto mais amplo da luta pela liberdade no estado.

A metodologia envolve diretamente algumas turmas de todas as séries na preparação de uma sala temática. A primeira aborda a trajetória e a atuação de Dragão do Mar, enquanto a segunda apresenta elementos sobre o Museu do Negro Liberto, em Redenção. Paralelamente, outras turmas, de forma rotativa, desenvolvem apresentações teatrais e performances artísticas, que contribuam para o encerramento das atividades. Essa estratégia assegura que toda a comunidade escolar participe do processo formativo.

Sob essa perspectiva, a culminância é estratégica, pois permite compartilhar com toda a escola o que foi discutido e finalizar de forma lúdica com as apresentações artísticas. Logo, amplia-se as discussões e as reflexões para além das temáticas propostas, corroborando as percepções sobre questões relacionadas a uma educação antirracista com equidade de gênero. Nesse movimento crítico, lançamos as bases do projeto, no qual: “o silenciamento das vozes negras não encerra a luta e a resistência frente aos abusos sofridos decorrentes do colorismo”.

A proposta do projeto “Anastácia” se concretiza no quarto período. Para a execução do projeto, são necessários pelo menos cinco momentos distintos. O primeiro momento consiste em sensibilizar as/os estudantes para a relevância dos temas a serem trabalhados, etapa muito complexa, pois demanda a construção de vínculos de confiança. Para favorecer essa aproximação, torna-se fundamental utilizar elementos que dialoguem diretamente com suas realidades. Nesse sentido, busco estabelecer esse contato por meio de produções musicais do rap, que abordam de forma crítica as questões centrais desenvolvidas no projeto.

Como estratégia inicial, propõe-se trabalhar nas primeiras aulas vídeos musicais de diferentes artistas, como Racionais MCs, com “A vida é um desafio” e “Negro Drama”, e cantoras como Karol Conka (“Tombei” e “Bate a poeira”), Kell Smith (“Respeita as Mina”) e MC Soffia (“Menina Pretinha”), que funcionam como importantes referências de empoderamento feminino. A partir dessas produções musicais, torna-se possível debates sobre desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero. Para sistematizar as discussões, as temáticas podem ser abordadas por meio de apresentação com slides.

Após a sensibilização, os encontros seguintes são dedicados à formação de equipes e à discussão dos temas geradores previamente sorteados, cada grupo elabora mapas mentais, esquemas e/ou textos breves. Concluídas as produções, realiza-se uma roda de conversa com toda a turma, em que os grupos socializam suas percepções e análises. Ao final, a/o professor/a, como mediador/a, apresenta suas considerações, articulando os conteúdos debatidos.

Os temas geradores previamente organizados e sorteados conectam-se ao eixo central “Educação para equidade étnico-racial e de gênero”. Entre eles, destacam-se: Preconceitos, racismo e segregação; Teorias eugênicas e xenofobia; Democracia racial e o mito da democracia racial; Multiculturalismo e ações afirmativas; O patriarcado e seus efeitos na atualidade; Interseccionalidade como condição de gênero; Movimentos sociais: a luta por direitos; e o ensino de história e cultura afro-indígena de acordo com as Leis nº 10.639 e nº 11.645.

O segundo momento mantém a organização das equipes e introduz a realização de seminários como estratégia de aprofundamento das discussões anteriores. Nessa etapa, enfatiza-se a produção acadêmica das mulheres como referencial teórico das temáticas abordadas, questionando sobre a participação de mulheres na construção do conhecimento e na luta por igualdade e equidade de gênero. Essa atividade visa ampliar o repertório crítico das/os estudantes e consolidar o vínculo entre teoria e prática pedagógica.

Os temas são sorteados entre os grupos, que devem apresentar o seminário em dois momentos: um formal e outro lúdico. O formal, com uso de slides contendo breve biografia, imagens, conceitos principais em tópicos e duas citações comentadas; na parte lúdica, existirá maior liberdade criativa, onde as equipes podem desenvolver produções artísticas alinhadas ao tema e ao referencial teórico. Como sugestões, pode-se utilizar músicas e paródias de variados gêneros (rap, funk, sertanejo etc.); textos, poemas, poesias e cordéis; dramaturgia e esquetes; produção de vídeos, telejornal etc.

Serão disponibilizadas pelo menos quatro aulas para organização, estruturação e preparação das duas fases do seminário, com utilização do laboratório de informática para pesquisa e montagem dos slides, data show e sistema de som. Cada grupo poderá utilizar entre 10 e 20 minutos para realizar sua apresentação de forma integral. Todos os estágios são sempre acompanhados

pelo/a professor/a orientador/a, cabendo suas considerações ao término de cada apresentação ou somente ao final das apresentações.

Os temas selecionados inserem-se no contexto geral da educação antirracista, com ênfase na equidade étnico-racial e de gênero. Para fundamentar as discussões, foram escolhidas as seguintes pensadoras: Angela Davis, bell hooks e Chimamanda Ngozie Adichie, cujas obras dialogam diretamente com as questões em pauta. No contexto brasileiro, foram selecionadas: Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro, autoras que consolidam perspectivas críticas indispensáveis ao projeto.

Um dos maiores desafios dessa fase consiste na organização da culminância. No entanto, a experiência adquirida em eventos anteriores favorece a construção de um encerramento significativo para o mês de novembro, celebrando a luta e a resistência de figuras históricas marginalizadas pela cor da pele ou pela condição de gênero. Trata-se de um momento essencial para ressignificar nossa história sobre a cultura afro-indígena e o respeito à diversidade que o Brasil necessita consolidar.

Acreditamos que essa organização didática possa ampliar de modo significativo os debates sobre as diversas manifestações de discriminação étnico-racial e de gênero que persistem nas sociedades contemporâneas. Diante desse cenário, é imprescindível que educadoras e educadores assumam o compromisso de desenvolver práticas pedagógicas capazes de enfrentar e mitigar discursos e comportamentos ancorados em ideologias xenofóbicas e misóginas. Assim, a escola se fortalece como espaço de resistência, formação crítica e promoção da equidade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este projeto de pesquisa, com características voltadas à realização de uma mediação pedagógica a partir de um conjunto de ações, reconhece as dificuldades presentes em sua execução, seja pelas temáticas abordadas, seja pela logística necessária para se trabalhar em escolas com diferentes turnos, muitas vezes marcadas por contextos complexos e heterogêneas. Ainda assim, não se exime da responsabilidade de tratar questões relevantes e fundamentais para a sociedade.

Podemos afirmar que, ao término da implementação das ações, novas lutas e dificuldades certamente surgirão. Entretanto, também poderão emergir conquistas e vitórias que servirão como delineamento de novas rotas e propostas para a formação de gerações com outras mentalidades e visões de mundo. É preciso fortalecer incentivos e referenciais que promovam maior igualdade e equidade de direitos, de modo a mitigar dificuldades que obstaculizam a participação e a inclusão social em todas as esferas do saber.

É necessário deslocar a população mais vulnerável dos projetos que esvaziam sua condição enquanto sujeitos, bem como assumir uma nova postura que favoreça o desenvolvimento de suas potencialidades, fomentando suas expressões mais íntimas e comprometidas com narrativas oriundas de seus universos culturais. Tais conhecimentos contribuem para o desenvolvimento de suas identidades que, durante muito tempo, foram silenciadas pela força das tradições e costumes estruturadas estrategicamente como mecanismo de dominação colonial.

Enfim, o projeto “Anastácia” demonstra que práticas pedagógicas antirracistas, quando articuladas à valorização da diversidade, podem transformar o ambiente escolar em um espaço de diálogo e emancipação. As atividades realizadas contribuem para o fortalecimento da identidade étnico-racial e de gênero das/os estudantes, evidenciando a relevância da educação como instrumento de combate às desigualdades. Compreendemos que a continuidade e a ampliação de projetos dessa natureza, com formação docente contínua e inserção curricular das temáticas étnico-raciais e de gênero no ambiente escolar, conforme as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, podem contribuir para uma sociedade com maior justiça social.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Reviravolta, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Evelin dos S.; ROSA, Graziela R. da. Angela Davis: Uma Pantera Negra na Filosofia. *In*: PACHECO, Juliana. **Filósofas: A presença das mulheres na filosofia**. Porto Alegre: Fi, 2016.

JARDIM, Hélen de O. S; VOSS, Dulce M. da S. Nos olhos de mulheres pretas salta o brilho de uma educação antirracista e antissexista. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, São Borja, v. 9, n. 1, 2023.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina: Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural**. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

MORAIS, Eunice Léa de. A educação étnico-racial e a interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe, vivenciadas pela população negra no Brasil. **Revista brasileira de Educação, Cultura e Linguagem**, Campo Grande, v. 5, n. 10, 2021.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. **Revista Interritórios**, Caruaru, v. 6, n. 10, 2020.

PACHECO, Juliana (org.). **Filósofas: A presença das mulheres na filosofia**. Porto Alegre: Editora fi, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Débora de Quadros. Olympe de Gouges: Culpada! O crime? Querer igualdade, liberdade, fraternidade. *In*: PACHECO, Juliana. **Filósofas: A presença das mulheres na filosofia**. [S. l.]: Fi, 2016.

SILVA, Ricardo G. de A. Ensino de Filosofia e responsabilidade pelo mundo: aproximações (in) adequadas entre Paulo Freire e Hannah Arendt. **Argumentos**, Fortaleza, v. 12, n. 24, 2020.

SIMPLÍCIO, Cláudio C. A. **SOBERANAS - LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER**: o ensino de gênero no ambiente escolar. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, [S. l.], 2022.